

Decreto-Lei n.º 2001/2006, de 27 de Outubro), o GMCS está na dependência do Ministro dos Assuntos Parlamentares;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê, no n.º 1 do artigo 18.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção é efectuado, por escolha, de entre indivíduos licenciados, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando que o licenciado João Paulo Viana Palha da Silva, assessor principal da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, corresponde ao perfil pretendido para cumprir as atribuições e alcançar os objectivos fixados para o GMCS;

Considerando os fundamentos invocados e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 18.º e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

É nomeado para exercer as funções de subdirector do Gabinete para os Meios de Comunicação Social o licenciado João Paulo Viana Palha da Silva, cuja idoneidade, experiência e competência profissionais, comumente reconhecidas, são patentes na nota curricular anexa.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de Junho.

12 de Junho de 2007. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

ANEXO

Curriculum vitae

(síntese)

1 — Dados pessoais:

Nome — João Paulo Viana Palha da Silva;
Data de nascimento — 18 de Julho de 1954.

2 — Formação académica — licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra.

3 — Experiência profissional:

Técnico superior de 2.ª classe da Direcção-Geral da Função Pública (1979-1983), com funções no âmbito da consultadoria relativa à relação jurídica de trabalho na Administração Pública;

Adjunto do Secretário de Estado das Pescas (1979);

Adjunto da Secretária de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas (1980);

Técnico superior de 2.ª classe, e depois de 1.ª classe, do Gabinete de Defesa do Consumidor (1983-1985), efectuando, fundamentalmente, estudos e trabalhos no domínio da publicidade;

Técnico superior de 1.ª classe do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, com funções idênticas às anteriores, tendo, ainda, integrado a delegação portuguesa que, em Bruxelas, negociou a directiva sobre actividades de radiodifusão;

Técnico superior de 1.ª classe (1987-1989) da Direcção-Geral das Comunidades Europeias, com funções nas áreas de ambiente, defesa do consumidor, propriedade intelectual, actividades de radiodifusão e fiscalidade, tendo acompanhado, designadamente, o processo de negociação e lançamento do Programa EUREKA Audiovisual como adjunto do coordenador nacional para o audiovisual;

Funções docentes no Instituto das Novas Profissões (1987-1991), onde leccionou a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito, do curso superior de Relações Públicas e Publicidade;

Chefe de divisão da Direcção-Geral das Comunidades Europeias (1989-1991);

Director de serviços do Mercado Interno da Direcção-Geral das Comunidades Europeias (1991-1994);

Vogal da comissão administrativa do Fundo de Turismo (1994-1998), onde foi responsável pelas áreas jurídica e administrativa;

Subdirector do Teatro Nacional de São Carlos (1998-2001), com os pelouros do pessoal, jurídico e administrativo;

Técnico assessor principal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, onde foi nomeado titular do Comité 133.º, a quem compete assistir a Comissão Europeia nas negociações respeitantes à política comercial comum (2001-2002);

Vice-presidente do Instituto da Comunicação Social (2002-2007).

4 — Outras actividades — membro do conselho de informação para a Radiodifusão Portuguesa — RDP (1979-1980).

Secretaria-Geral

Despacho n.º 12 847/2007

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê,

nos n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º, a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia;

Considerando que o licenciado Ricardo Manuel Martins dos Santos corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos da Direcção de Serviços de Património e Aquisições e que o mesmo detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de director de serviços:

1 — É renovada a comissão de serviço do director de serviços de Património e Aquisições licenciado Ricardo Manuel Martins dos Santos.

2 — O presente despacho produz efeitos a 12 de Janeiro de 2007.

10 de Janeiro de 2007. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

Despacho n.º 12 848/2007

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado em direito João Pedro Vences Rosa do Céu para prestar funções de assessoria no meu Gabinete, na área da sua especialização, com a remuneração equiparada à de adjunto, incluindo os subsídios de férias, de Natal e de refeição, sem despesas de representação.

O presente despacho produz efeitos desde 17 de Maio de 2007.

30 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

Despacho n.º 12 849/2007

Nos termos conjugados do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Carla Alexandra Alves da Costa Pereira, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete.

O presente despacho produz efeitos desde 17 de Maio de 2007.

30 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 12 850/2007

Por meu despacho de 15 de Maio de 2007, Maria Paula Sodrê Aguiar, Maria da Luz Solano de Almeida C. M. Pinto de Mesquita e Maria Antonieta de Mira Macedo Girão Patrocínio, técnicas superiores de 1.ª classe foram nomeadas, precedendo concurso, na categoria de técnica superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

23 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho (extracto) n.º 12 851/2007

Por meu despacho de 23 de Abril de 2007, foi nomeada precedendo concurso, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 18 de Dezembro, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do mesmo diploma legal, a assistente administrativa Graziela Maria Lopes da Silva, 1.º cabo RC, em regime de contrato (RC), equivalente ao contrato administrativo de provimento, na categoria de assistente administrativa principal, do quadro de pessoal da ex-Delegação Distrital de Protecção Civil de Santarém, do extinto Serviço Nacional de Protecção Civil, com efeitos a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2007. — O Director Nacional de Recursos de Protecção Civil, *José Gamito Carrilho*.